

## A JUVENTUDE E O ESTADO: O PROTAGONISMO JUVENIL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

## YOUTH AND THE STATE: THE YOUTH'S PROTAGONISM IN PUBLIC POLICIES

## JUVENTUD Y ESTADO: PROTAGONISMO JUVENIL EN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Gabriela Marques Santos<sup>1</sup>

Eduardo Dias Leite<sup>2</sup>

### RESUMO

A juventude é parte importante da sociedade, sendo imprescindível que o Estado disponha de mecanismos para escutá-la, a fim de que, este segmento tenha sua dignidade resguardada como defende a Carta Magna. Nesse sentido, este artigo examina as condições da participação juvenil na elaboração e aprimoramento das políticas públicas no Brasil, considerando a juventude um segmento estratégico. Com abordagem qualitativa, utilizou-se análise documental e entrevistas com representantes da Secretaria Nacional de Juventude, Conselhos Estaduais e do CONJUVE, para investigar as conexões entre participação social e emancipação juvenil. A pesquisa demonstrou que, a inclusão dos jovens em espaços decisórios promove políticas mais alinhadas às suas demandas, embora enfrente desafios como a fragmentação institucional e a escassez de recursos. Além disso, ressalta-se a

---

<sup>1</sup> Tecnóloga em Gestão Pública pelo IFB; Presidente do Centro Acadêmico de Gestão Pública do IFB; Diretora de relações institucionais da Federação Nacional dos Estudantes do campo de públicas, com experiência profissional como professora de inglês. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1718740435048299>. E-mail: [contatogmarquez@gmail.com](mailto:contatogmarquez@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-8180-0470>

<sup>2</sup> Pós-Doutorado em Administração pela Universidade Vale do Itajaí – UNIVALI; Pós-Doutorado em Psicologia pela Universidad Argentina John F. Kennedy UK. Doutor em: Desenvolvimento Local e Cooperação Internacional pela Universitat Jaume I – UJI; Doutorado em Administração pela Universidade de Brasília (UnB); Doutorado em Ciências Administrativas e Ciências da Educação pela Universidad San Carlos -USC. Instituto Federal de Brasília - IFB. Professor da área de gestão e negócios no Instituto Federal de Brasília – IFB. E-mail: [eduardo.leite@fb.edu.br](mailto:eduardo.leite@fb.edu.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2110511717021627> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7383-8168>.

relevância da subjetivação política no fortalecimento da identidade juvenil e o papel das políticas públicas na construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

**Palavras-chave:** Política pública. Juventude. Participação social.

## ABSTRACT

Youth is an important part of society, and it is essential that the State has mechanisms to listen to them, so that this segment's dignity is safeguarded, as advocated by the Constitution. In this regard, this article examines the conditions of youth participation in the development and improvement of public policies in Brazil, considering youth as a strategic segment. Using a qualitative approach, documentary analysis and interviews with representatives from the National Secretariat of Youth, State Councils, and CONJUVE were conducted to investigate the connections between social participation and youth emancipation. This research focused on the fact that the inclusion of young people in decision-making spaces leads to policies that are more aligned with their demands, although challenges such as institutional fragmentation and resource scarcity persist. Furthermore, the relevance of political subjectivation in strengthening youth identity is emphasized, as well as the role of public policies in building a more democratic and inclusive society.

**Keywords:** Public policies. Youth. Social participation.

## RESUMEN

Los jóvenes son parte importante de la sociedad, y es fundamental que el Estado cuente con mecanismos para escucharlos, para que este segmento tenga su dignidad protegida como lo defiende la Carta Magna. En este sentido, este artículo examina las condiciones de la participación juvenil en la elaboración y mejora de las políticas públicas en Brasil, considerando a la juventud como un segmento estratégico. Utilizando un enfoque cualitativo, análisis documental y entrevistas a representantes de la Secretaría Nacional de la Juventud, Consejos Estatales y CONJUVE, se investigaron las conexiones entre la participación social y la emancipación juvenil. La investigación demostró que la inclusión de jóvenes en espacios de toma de decisiones promueve políticas más alineadas con sus demandas, aunque enfrenta desafíos como la fragmentación institucional y la escasez de recursos. Además, se destaca la relevancia de la subjetivación política en el fortalecimiento de la identidad juvenil y el papel de las políticas públicas en la construcción de una sociedad más democrática e inclusiva.

**Palabras clave:** Políticas públicas; Juventud; Participación social.

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas desempenham um papel essencial na promoção do bem-estar social, construindo sociedades mais equitativas e inclusivas. Através delas, o Estado consegue identificar e atender demandas específicas de diferentes segmentos, de acordo com suas especificidades. Ao voltar o olhar para a juventude, é possível inferir a relevância desse grupo considerando sua intensa vivência marcada pelos desafios referentes ao desenvolvimento pessoal, social e econômico.

No Brasil, a institucionalização da juventude no âmbito das políticas públicas foi tardia, um reflexo do histórico de marginalização desse grupo nas esferas de poder e decisão<sup>3</sup>. Esse cenário se repetiu em diversos contextos, onde a juventude foi por longo tempo vista apenas como uma etapa de transição entre a infância e a vida adulta, sem autonomia ou necessidades próprias.

Esta realidade foi ainda mais marcante no Brasil, ao observar que ele, foi o último país da América Latina a debater a juventude, mas avanços como a criação da SNJ e o Estatuto da Juventude fortaleceram sua inclusão como sujeitos de direitos, possibilitando políticas específicas e espaços institucionais para sua participação, reconhecendo-os como stakeholders essenciais para o aprimoramento das políticas públicas..

Nesse sentido, o conceito de emancipação emerge como um elemento central para compreender e fortalecer o protagonismo juvenil. Derivado do latim *emancipare*, a emancipação refere-se ao processo de considerar pessoas ou grupos independentes, envolvendo dimensões históricas, ideológicas, educativas e formativas (Feitoza, 2005). Segundo o Estatuto da Juventude, a emancipação juvenil está diretamente ligada à

<sup>3</sup> Os países latinoamericanos começaram a articulação para desenvolver espaços de debates e propostas referente aos direitos dos jovens em 1985 - Ano Internacional da Juventude segundo a ONU - enquanto o Brasil apenas iniciou essa movimentação no final da década de 1990, sendo assim um dos últimos países a reconhecer os direitos civis da juventude (Severo, 2014).

“trajetória de inclusão, liberdade e participação do jovem na vida em sociedade”<sup>4</sup>. Essa concepção se correlaciona com a concepção de Paulo Freire, que afirma que a emancipação diz respeito a “experimentar o poder de pronunciar o mundo” (Figueiredo, 2005, p. 5), ou seja, em conquistar o direito de ser o principal ator de sua própria história.

A participação dos jovens, por meio de seu protagonismo, não apenas fortalece o processo emancipatório, mas também qualifica a implementação de políticas públicas, garantindo que essas iniciativas refletem as demandas e expectativas do público ao qual se destinam. A juventude, nesse contexto, deve ser vista como um *stakeholder* estratégico, contribuindoativamente para o planejamento, execução e avaliação de políticas que impactam sua trajetória de vida.

A identidade juvenil é construída em um contexto social marcado por negociações e resistências a submissões (Dick, 2004). Para Dick (2004, p. 33), os jovens buscam protagonismo, afirmando sua autonomia sem anular a identidade do outro.

Essa construção é influenciada pelas experiências, observações e reflexões dos jovens no contexto social em que vivem. Dessa forma, o protagonismo juvenil não é apenas uma afirmação de identidade, mas também um elemento central para a inclusão e a emancipação desse grupo na sociedade.

Sposito e Carrano (2003), ao discorrerem o período entre 1995 e 2002, identificaram características que ainda influenciam o cenário atual, como a fragmentação setorial, a falta de consistência conceitual e programática no tocante à concepção de juventude. Nesse sentido, o presente trabalho busca responder à seguinte questão central: de que forma o protagonismo juvenil, entendido como a participação ativa dos jovens nos espaços de decisão, tem impactado na criação e no aprimoramento das políticas públicas voltadas à juventude no Brasil?

---

<sup>4</sup> Art. 2º, parágrafo único.

Este estudo tem como objetivo geral, analisar as condições da participação juvenil na criação e melhoria das políticas públicas de juventude, através da observação do contexto contemporâneo das políticas públicas de juventude no Brasil. E como objetivos específicos: Investigar a estrutura institucional que possibilita o engajamento da juventude nos espaços públicos; Analisar como o processo de subjetivação política contribui para o engajamento e a emancipação dos jovens e observar os desafios estruturais enfrentados pelos espaços de participação juvenil.

A metodologia utilizada envolve análise bibliográfica, documentos e sites governamentais, além de entrevistas com membros da Secretaria Nacional de Juventude, Conselho Estadual de Juventude (PR) e do CONJUVE. Utilizando da abordagem qualitativa através de dados primários e secundários, e ao caracterizar o viés explicativo da pesquisa, pretende-se, assim, oferecer uma reflexão sobre a importância do protagonismo juvenil na formulação e execução de políticas públicas, destacando como a participação ativa dos jovens pode contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática.

A pesquisa está disposta inicialmente com o referencial teórico conceituando as políticas públicas, para que seja feita a compreensão da importância delas para o Estado Social, em seguida é apresentado a participação dos demais agentes no processo de formulação. Após isso, é exposto o caminho da institucionalização do segmento de juventude nas políticas públicas, para maior ilustração do contexto histórico e as diversas visões governamentais<sup>5</sup>, depois, os detalhes dos métodos utilizados. E por fim, a análise de acordo com os dados coletados seguindo os conceitos e abordagens do referencial teórico.

Ao analisar essas questões, espera-se contribuir para o fortalecimento do campo das políticas públicas voltadas à juventude, promovendo reflexões que inspirem práticas mais inclusivas e representativas. Dessa forma, este trabalho busca não

---

<sup>5</sup> e o impacto da óptica de governo nas políticas públicas implementadas.

apenas compreender, mas também incentivar o protagonismo juvenil como motor para a construção de uma sociedade mais democrática.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Políticas Públicas

O Estado Social pode ser compreendido como a consolidação da concepção da pessoa humana e sua inerente dignidade, pela aplicação da justiça distributiva e pelo fomento da igualdade entre aqueles que compõem a comunidade. Através dessa compreensão, é pressuposto que os poderes públicos carregam o dever de interceder para que a garantia do Estado de Direito de uma igualdade jurídico-política seja concretizada de forma efetiva, ao promover a igualdade nas dimensões social, econômica e cultural, adotando, portanto, uma postura de correção das desigualdades (Carvalho, 2019) .

Para tanto, as políticas públicas são um instrumento pelo qual a máquina pública pode buscar o alcance do referido Estado Social. Segundo Secchi (2014), o objetivo da criação de políticas públicas é o enfrentamento de problemas públicos, sendo elas imprescindíveis para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Os autores D'Asceni e Lima completam afirmando que:

É possível definir as políticas públicas a partir da ambição por transformar uma realidade social percebida como inadequada pelo(s) agente(s) que as empreendem. Tratar-se-ia, então, em sua generalidade, de objetivo extremamente ambicioso: a mudança social gerenciada [...] (D'Asceni e Lima 2016-2017, p. 132)

A natureza transformadora e de resolução de problemas das políticas públicas é destacada por Daland (1963), que ressalta a importância de seus objetivos, os quais devem ser ousados, pois são concebidos com a intenção de alterar o status quo, embora existam limitações nas condições para sua implementação. Veltroni (2016) complementa, afirmando que as políticas públicas são ferramentas essenciais para a efetivação dos direitos fundamentais. Arretche (2016) acrescenta que elas têm o objetivo de mitigar desigualdades, enquanto Cohen e Franco (2007) defendem que as

políticas públicas buscam aumentar o capital humano, promover compensação social e apoiar a integração dos indivíduos na sociedade, contribuindo assim para a equidade.

A perspectiva adotada no presente estudo é a abordagem multicêntrica (Secchi, 2014), óptica pela qual há o reconhecimento de atores, além do Estado, na formulação e implementação de políticas públicas com a justificativa de:

[...] porque adota um enfoque mais interpretativo e, por consequência, menos positivista, do que seja a política pública [...] segundo, porque evitamos uma pré-análise de personalidade jurídica de uma organização antes de enquadrar suas políticas como sendo públicas [...] terceiro, porque essa abordagem tem implicação em um espectro grande de fenômenos [...] quarto, porque o papel do Estado varia em cada país, e muda constantemente dentro de um mesmo país (Secchi, 2014, p. 3).

Junto ao posicionamento quanto às políticas públicas de não meramente diretrizes estruturantes, unindo a compreensão de nível estratégico a diretrizes de nível intermediário e operacional (Secchi, 2014), para que dessa maneira seja possível mencionar e reconhecer políticas não só nível federal como estadual, a exemplo dos dados de entidades estaduais elencados nas entrevistas.

## 2.2 Stakeholder na formulação de políticas públicas

Após perpetuar a indubitável contribuição das políticas públicas para o desenvolvimento da sociedade através da literatura acadêmica, apresentamos aqui a interpretação acerca dos stakeholders no processo de formulação delas. De acordo com Howlett et al. (2013, p. 12) política pública “consiste em inúmeras decisões tomadas por muitos indivíduos e organizações no interior do próprio governo e que essas decisões são influenciadas por outros atores”, possibilitando o reconhecimento da atuação de instituições externas no processo de formulação.

De acordo com Freeman e Reed (1983, p. 91), stakeholders são aqueles que impactam ou podem sofrer o impacto pelo êxito das metas de uma organização, já

pela ótica de Mitchell et al. (1997) além da individual constatação dos stakeholders, é possível inferir a eles uma classificação de acordo com os diferentes níveis de influência tendo por parâmetro os atributos: poder, legitimidade e urgência.

Para refletir acerca da participação dos stakeholders, é seguida a perspectiva da teoria do desenvolvimento endógeno das políticas públicas, por ponderar a participação não apenas de atores que vivem a realidade territorial para qual as políticas públicas são voltadas, como também a cultura e agência dos atores regionais (Lima et al., 2021). A participação enquanto princípio, valor e instrumento de políticas públicas é um aspecto fundamental para os regimes democráticos (Abers et al., 2018; Lavalle et al. 2016). Além destas concepções, Lavalle et al. (2018) afirmam que, os movimentos sociais são relevantes para as políticas públicas e as políticas públicas são relevantes para a emergência, desenvolvimento e sucesso dos movimentos, consumando a mútua constituição e retratando a inclusão de stakeholders nos processos construtivos de políticas públicas, sejam eles movimentos sociais, ou comunidades locais por exemplo.

Ao analisarmos e correlacionarmos a concepção de stakeholder e o reconhecimento da participação social - tanto enquanto meio de concretização da democracia, quanto de efetiva participação - é proposto a reflexão da criação e desenvolvimento das políticas públicas junto ao perfil identitário, realizando concertação social.

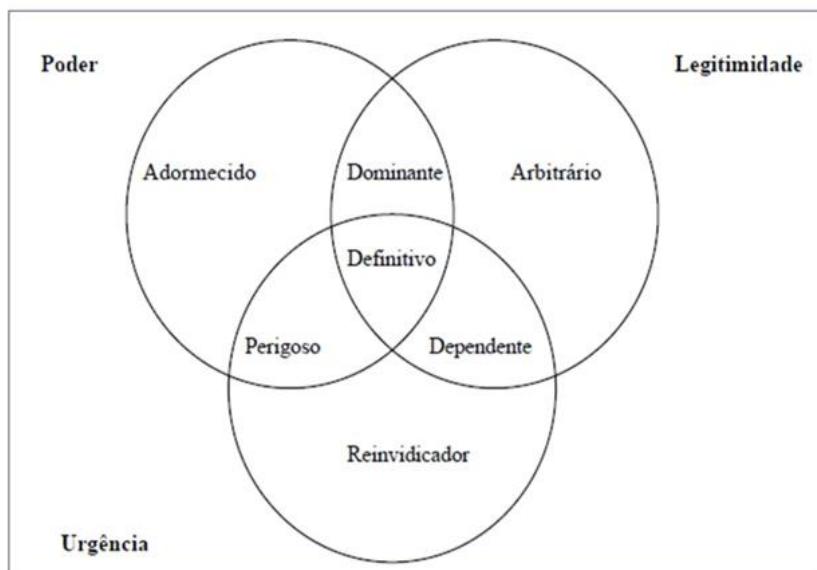
### ***2.2.1 Classificação dos stakeholders***

Para maior compreensão da pesquisa, reforçamos que a classificação descende da caracterização de Freeman e Reed (1983, p. 91), que afirmam que stakeholder é “qualquer grupo ou pessoa que pode afetar e ser afetado pelo alcance dos objetivos da organização”. Reconhecendo a participação desses atores em organizações e políticas públicas, medimos o grau de influência deles com os parâmetros de Mitchell et al. (1997) baseada em três atributos: poder (influência), legitimidade e urgência,

endossando que quanto mais atributos o stakeholder possui, mais deve ser considerado na tomada de decisão dos gestores.

Com o intuito de esclarecer, trazemos aqui uma tabela exemplificativa dos grupos de atores e sua respectiva classificação segundo os autores. A intenção é de propor a reflexão de como essas influências se dão para com a juventude:

Figura 1 - Classificação dos Stakeholders:



Fonte: Mitchell et al. (1997, p. 874).

### **2.2.2 Desenvolvimento endógeno**

A teoria do desenvolvimento endógeno das políticas públicas usado segue a mesma abordagem de Lima et al. (2021), a qual utiliza como base Albuquerque (2004), Docampo (2007) e Vázquez Barquero (2007), que trazem o desenvolvimento endógeno como um processo de transformação, que implementa bem-estar por juntar o potencial de crescimento local às oportunidades externas, uma vez que, este processo é idealizado pela população local.

Sendo assim possível inferir que a participação do grupo identitário é essencial, em sua interpretação ou em sua concretização. Para Sen (2010a, p. 34):

[agente é] alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum valor externo

Observando o desenvolvimento de acordo com a subjetividade carregada nos termos, a determinação enquanto agente reflete a atuação ativa na política e não apenas, a ocupação enquanto destinatário, consolidando assim contribuidores, durante a criação ao mesmo tempo, em que receptores daquelas políticas públicas as quais influenciaram. (Sen, 2010a; Sen & Kliksberg, 2010).

### 2.3 Subjetivação política

O processo de emancipação e subjetivação política reflete um fenômeno complexo, que desafia as estruturas tradicionais de poder e redefine a participação política. Após um estudo de Castro (2008) com jovens engajados, foi possível observar como a juventude tem apresentado uma crescente insatisfação com o cenário político-social vigente, em razão da ausência do sentimento de pertencimento das instâncias institucionais de decisão, bem como da dúvida da efetividade da democracia, o que acaba impedindo-os de acreditar e investir na participação em hierarquias maiores.

Sobre a juventude, o mesmo autor traz ainda que:

Seu afastamento das instituições políticas, como os partidos, revela decepção com os interesses “vindos de cima” que solapam o comprometimento com a transformação social. Nesse sentido, preferem permanecer circunscritos à ação local, de modo a constatar “com seus próprios olhos” qual a eficácia que tal ação possui. (Castro, 2008, p. 14)

A partir do pensamento político de Jacques Rancière (1995), subjetivação política é o que ocorre em contextos de dissensos, nos quais sujeitos e grupos vistos como marginalizados ou invisibilizados, enfrentam as barreiras definidoras do que é considerado parte da comunidade política. Segundo o mesmo autor (1995), essas situações de dissenso representam a “verdadeira” política, uma vez que promovem a ruptura da ordem social e política estabelecida. Assim, a juventude, ao se engajar em

movimentos sociais questiona as estruturas e dinâmicas de poder e ressignifica seu papel dentro do tecido social.

Para Gropo (2020 apud Castro, 2009; Castro; Mattos, 2009), as vivências de subjetivação política criam ou auxiliam na criação do “eu” de cada jovem, ressaltando que elas podem ocorrer em espaços não convencionais, mas que também refletem a participação política, a exemplo da cultura e da arte. Por muitas vezes, esse processo é atravessado por tensões, conflitos e negociações, as quais são imprescindíveis pois os próprios jovens, mobilizam e criam dispositivos que constroem junto ao “eu”, suas relações sociais e suas relações para com o mundo político também.

Nesse sentido, a emancipação política da juventude deve ser entendida como um movimento coletivo e dinâmico, que extrapola os limites das instituições formais e se materializa em ações concretas, de resistência e reinvenção da própria política. Essas ações são atravessadas por uma busca pela igualdade e pela justiça, que subverte as normatividades estabelecidas e coloca em evidência a centralidade da juventude como protagonista.

## **2.4 Institucionalização das políticas públicas de juventude**

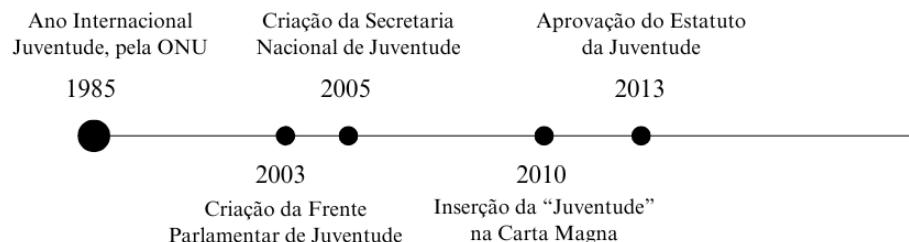
Para elucidar o reconhecimento dos jovens, enquanto portadores de direitos e da juventude como segmento destinatário de políticas públicas, a presente pesquisa apresenta a trajetória da história, ao tocante à juventude através de normativos e marcos governamentais junto a análises feitas pela literatura.

O primeiro grande marco para a juventude foi 1985, período cujo a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu como o ano internacional da juventude. Partindo para a perspectiva nacional, em 2003 foi iniciada a agenda referente a Política Nacional de Juventude, mediante a criação da Frente Parlamentar de Juventude, que resultou na constituição da Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude, em seguida, em 2005 por meio da Lei nº 11.129/2005 foi criada a Secretaria Nacional de Juventude

(SNJ), junto ao Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e a implementação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM).

Em 2010, o termo “juventude” foi inserido na Constituição Federal, através da Emenda Constitucional de 13 de julho de 2010, a inclusão do termo coloca os jovens em pé de igualdade com outros segmentos sociais, como crianças, adolescentes e idosos, que já contavam com a proteção assegurada pela Carta Magna. No ano de 2013, foi aprovado o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), que dispõe sobre os direitos, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) (Brasil, 2013). E por fim, em 2023 foi regulamentado novamente o funcionamento do CONJUVE, restabelecendo as atribuições e composição do Conselho (Brasil, 2023).

Gráfico 1 - Marcos temporais do início da institucionalização da juventude.



Fonte: Elaboração própria.

O reconhecimento estatal da juventude, apesar de não assegurar por si só, a efetivação de políticas públicas, foi um passo importante e simbólico para consolidar direitos desse segmento. A aprovação do Estatuto da Juventude, nesse contexto, representa um grande marco, resultado da visibilidade alcançada pelos jovens, das reivindicações dos movimentos sociais, do protagonismo juvenil na defesa de suas demandas e das contribuições teóricas para compreender sua realidade (Feitosa, 2014).

Com aumento das discussões acerca da juventude, no âmbito estatal, nos debates e produções acadêmicas, na mídia e meios de comunicação (Abramo, 1997), ocorreu também a interpretação da juventude enquanto problema social (Luz, 2007), perspectiva essa que perdurou, e se tornou uma percepção social, influenciando também, a forma da implementação de programas e políticas sociais que tinham os jovens como receptores.

A visão estigmatizada e reducionista atribuída à juventude pode ser observada inclusive em obras como a música 'Não é Sério' de Charlie Brown Jr. e Negra Li. A canção expressa como os jovens são frequentemente marginalizados no discurso midiático, reforçando uma narrativa que os exclui das decisões importantes que impactam suas vidas, como é expressado: "Sempre quis falar, nunca tive chance, tudo que eu queria, estava fora do meu alcance" (Charlie Brown Jr; Negra Li, 2000).

Conforme Abramo (2014 apud Krauskopf, 2003), há quatro diferentes abordagens de como a juventude pode ser tratada: 1) enquanto etapa de preparação, transição entre a infância e a idade adulta; 2) enquanto etapa problemática; 3) enquanto atores estratégicos para o desenvolvimento; 4) enquanto grupo cidadão, sujeito de direito. Cada abordagem incita uma diferente resposta, ou seja, uma diferente proposta de política pública.

No primeiro caso, há o tratamento vertical, onde o foco se faz presente na educação e qualificação profissional e o educador se torna a figura de referência dos jovens. No segundo caso, o tratamento é focado e compensatório, uma vez que estigmatiza os jovens ao vinculá-los aos problemas (Spósito, 2005), para Abramo (2005), reduz a juventude a um objeto de falha na integração social. A segunda abordagem é reconhecida inclusive por Carrano que em 1999 afirma que:

A juventude é tratada muito mais como um problema do que enquanto um campo possível de problematização. As análises sobre as condições concretas de existência e os sentidos culturais das ações dos jovens, em suas realidades cotidianas, são comprometidas por esta monocultura analítica. (Carrano, 1999, p. 130).

Na terceira abordagem, há a caracterização da juventude enquanto capital humano e social, sendo necessário para o desenvolvimento nacional, o tratamento é dos jovens enquanto indivíduos capazes de enfrentar desafios sociais e aqueles trazidos pela inovação tecnológica; e por fim, na quarta há a visão dos jovens enquanto atores detentores de capacidade crítica, autônoma e emancipadora nos espaços públicos<sup>6</sup>, reconhecimento da juventude enquanto agente ativo na sociedade.

As diversas compreensões acerca do que é a juventude afetam não apenas o imaginário popular, como também refletem o viés governamental<sup>7</sup>, ou seja, como aqueles que detém poder vêem a juventude<sup>8</sup>. A abordagem pela qual a juventude é compreendida irá determinar se os jovens serão protagonistas ou apenas sujeitos passivos das políticas públicas. Para Sposito e Carrano (2003), as diferentes concepções acerca do papel dos jovens não expressam a pluralidade deles, mas na verdade revelam a “incomunicabilidade no interior da máquina administrativa”.

Para refletir não apenas sobre a escolha da óptica pela qual o estado enxergará a juventude, mas também acerca da prioridade dada às demandas juvenis na agenda de políticas públicas, retomamos a teoria dos *stakeholders*, que para Mitchell et al. (1997), apesar da saliência de *stakeholder* estar conectada principalmente a retenção dos atributos (poder, legitimidade e/ou urgência), é o gestor que tomará a decisão final e decidirá quais grupos serão priorizados, podendo ele realizar uma análise dos atributos correta, ou cometer equívocos.

---

<sup>6</sup> Para Abramo (2014), o espaço público pode ser compreendido como o local onde ocorre a interação entre a sociedade e o Estado, onde os conflitos, disputas e debates entre diversos atores e demandas são expressados. O *locus* onde ideias e projetos da sociedade formam um patrimônio cultural que nutre as discussões públicas e podem influenciar instituições e decisões políticas.

<sup>7</sup> A expressão viés governamental foi empregada neste caso sendo o “viés” a forma que os ocupantes dos cargos estatais enxergam os jovens - sujeitos ativos, “protagonistas” ou apenas destinatários das ações e programas “sujeitos passivos”. Este uso não apresenta referência a viés ideológico necessariamente.

<sup>8</sup> É sugerida a observação do panorama governamental e não unicamente estatal porque segundo a autora Rua (2014, p.18), o processo de criação de políticas públicas finaliza “sempre em decisões políticas” e para Höfling (2001) as políticas públicas envolvem programas e ações, destinadas a setores específicos da sociedade, e com os quais o Estado implanta um projeto de governo.

Ao observar o chefe do executivo como o gestor (ou seja, aquele que define qual grupo e/ou demanda deve receber maior atenção), faz-se necessário trazer a realidade a exemplificação das políticas públicas de juventude que deixaram de ser consideradas prioridades de acordo com o viés governamental. Como observa Alves Silva (2021), as políticas públicas de juventude passaram por uma “*via crucis*” na qual a SNJ foi retirada da Secretaria Geral da Presidência (SGP), depois colocada novamente em 2016, e retirada mais uma vez em 2019. A instabilidade do segmento de juventude estava presente não só na maior secretaria, como também no meio de participação social, como o próprio autor reflete acerca do CONJUVE, durante o governo de 2016 à 2019, mais de 20 organizações evadiram do CONJUVE por não concordarem com a limitação de participação e autonomia do conselho (Alves Silva, 2021), e no governo seguinte, houve a tentativa de extinção do conselho<sup>9</sup> junto a demais órgãos e colegiados instituídos nos espaços públicos (Decreto n.º 9.759/2019)<sup>10</sup>.

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, realizada através de análise documental. A abordagem qualitativa como caracteriza Godoy (1995): [...] enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques (p. 23).

A classificação qualitativa foi escolhida em razão da mencionada flexibilidade e pela dupla interpretação dos documentos: primeiro pelo entendimento da mensagem, como se fosse apenas um receptor, e em seguida pela habilidade de enxergar a informação através de um diferente prisma, seja através ou junto do primeiro, buscando outra significação para compreender as características que são subjacentes aos fragmentos dos dados utilizados. (Godoy, 1995)

<sup>9</sup> Apesar do conselho ser um *stakeholder* classificado como arbitrário - ou seja, dotado de legitimidade - não assegura a compreensão do gestor acerca de sua relevância.

<sup>10</sup> Tentativa porque após uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), todos os conselhos e colegiados foram resguardados, garantindo seu funcionamento como as leis dispõem que devem acontecer.

Para alcançar as informações, a pesquisa fez uso de três fontes de dados: 1) artigos científicos (dados secundários); 2) documentos e sites oficiais (dados secundários); 3) dados extraídos e analisados advindos das entrevistas (dados primários).

A população observada, foram aqueles que apresentam alguma ligação com as políticas públicas de juventude, os quais foram possíveis encontrar através de pesquisas na internet, e aceitaram contribuir com suas experiências no momento em que a pesquisa foi realizada, entrevistando dessa maneira 2 (dois) membros da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) - para amostragem daqueles que formulam e implementam essas políticas a nível federal; 1 (um) membro de Conselho Estadual de Juventude (CEJUV) - para análise do nível estadual, em razão da aproximação que um gestor estadual oferta não apenas com a juventude estadual mas dos segmentos de juventude municipais, neste caso o estado em questão refere-se ao Paraná; e 2 (dois) membros que representam a juventude através do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Algumas entrevistas foram realizadas presencialmente, em Brasília, outras através de meios digitais de comunicação. A análise do segmento de juventude foi feita por meio da literatura, sem recortes temporais em virtude do tema ser recente na academia, e até mesmo na legislação<sup>11</sup>.

Os dados primários não foram transcritos de forma literal, mas interpretados dentro do contexto em que foram produzidos, adotando a abordagem da Análise de Discurso na linha francesa (Pêcheux, 2002). Assim, o sentido do discurso surge da relação entre linguagem, sujeito e história, sendo influenciado por significados pré-construídos, ideologias e memória coletiva. O foco da análise está nos efeitos de sentido e na interpretação dos depoimentos, levando em conta as experiências e as representações sociais dos entrevistados (Caregnato; Mutti, 2006).

Para encontrar arcabouço científico, foram procurados artigos com palavras-chave ou resumos que contivessem vocábulos como “política pública”, “juventude”,

---

<sup>11</sup> reconhecimento da juventude pela Constituição apenas em 2010.

“participação social”. Quanto aos documentos e sites oficiais, foram considerados aqueles normativos que apresentavam ligação com a juventude. Para a coleta de dados primários foram feitas entrevistas com aqueles que atuam diretamente com o objeto de estudo: as políticas públicas de juventude.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÕES

Neste tópico serão apresentados a análise e discussão dos dados obtidos da coleta primária e secundária, relacionados aos tópicos expostos no referencial teórico. Em primeiro lugar, será exposto como os entrevistados vêem a participação e os meios de participação e seus principais desafios, em seguida como os entrevistados percebem os resultados dos processos quando contam com a presença dos jovens, após, o processo de subjetivação política e por fim, a classificação e abordagem dessa atuação.

### 4.1 Os espaços e os desafios da participação

Para que seja possível versar sobre a participação da juventude, foi perguntado aos entrevistados acerca dos meios de participação, o fomento à participação (nos casos da SNJ e CEJUV), o efeito dela e os principais desafios.

A entrevistada 1, apontou que o maior momento no qual a juventude é escutada é a conferência nacional de juventude. A última edição ocorreu em 2023, com 62.024 participantes (Brasil, 2023), porém a secretaria escuta em diversos momentos, desde a iniciativa espontânea dos jovens até as fases de implementação de programas. Nessas etapas, a SNJ buscaativamente a opinião do público-alvo, como exemplificado pelas caravanas organizadas para idealizar o Plano Juventude Negra Viva e a própria conferência.

A entrevistada 1 ressalta que os desafios não decorrem da falta de marcos legais — que existem para facilitar a participação — mas de uma luta contínua marcada por diversos fatores. Entre eles, destaca-se o baixo interesse dos jovens, decorrente da ausência de ensino sobre o funcionamento do Estado nas escolas, e a necessidade

de desenvolver estratégias que contemplem a diversidade e as múltiplas interseccionalidades presentes nas juventudes.

Para o entrevistado 2, a participação dos jovens é incentivada por meio de diversos programas e projetos, destacando-se o programa Estação da Juventude – que, através de casas e pontos de juventude, amplia o acesso à tecnologia social, equipamentos e orientações sobre as políticas públicas de juventude. Entre os desafios, ele aponta o desconhecimento dos jovens acerca de seus próprios direitos e a limitação orçamentária, que impede a execução de muitas ideias e projetos.

O entrevistado 3 aponta que o conselho estadual mobiliza os jovens para uma participação ativa, incentivando sua presença desde o processo eleitoral para membros do conselho quanto em campanhas de conscientização sobre a importância da cidadania generalizada, para além do eixo juventude. Contudo, ele ressalta que o principal desafio reside na baixa quantidade de conselhos municipais da juventude, o que dificulta a criação de um canal de diálogo efetivo com os jovens em uma escala estadual.

O entrevistado 4 traz o reconhecimento da efetiva influência que o CONJUVE tem, ao estabelecer diretrizes para as políticas públicas de juventude, além da participação social de forma ampla, em que a juventude ao incomodar os governos conquista - exemplo, da meia entrada. Quanto aos seus desafios enquanto representante, foi relatado a dificuldade em encaixar a agenda governamental, apesar de escutarem suas demandas, não conseguem realizá-las com prontidão.

Por fim, o entrevistado 5 afirma que com a retomada da SNJ a estrutura da SGP, pudemos perceber a reconstrução da Política Nacional de Juventude (PNJ), principal instrumento do estado brasileiro na instrumentalização das políticas em todas as áreas. Refletindo assim, o acúmulo da governabilidade federativa estabelecida para com todos os ministérios do governo federal, governos estaduais e municípios e em consequência as ações de juventudes deixaram de ser deixadas de escanteio. Em relação aos desafios que encontra enquanto representante da juventude, o

entrevistado traz a deslegitimidade que os jovens sofrem (enquanto diferenças geracionais), contextualizando ao reconhecimento da juventude que aqui no país ainda é embrionário.

Após analisar os depoimentos e a retomada da institucionalização das políticas de juventude, nota-se que a crítica de Sposito e Carrano (2003) sobre a falta de canais democráticos para debater, monitorar e avaliar essas políticas está sendo superada. Contudo, desafios permanecem, especialmente na maneira como a juventude é abordada (tópico 2.4) e na disputa por agenda e recursos, que dependem de como os gestores vêem a saliência da juventude enquanto *stakeholder* (tópico 2.2).

#### **4.2 Os efeitos da participação**

Não obstante constatar a participação da juventude, é necessário refletir também sobre o efeito que a participação social dos jovens resulta nas políticas públicas.

Quanto às implicações que o envolvimento juvenil traz, todos os entrevistados apresentaram respostas positivas, no entanto, não há a perspectiva métrica ou indicador específico para mensurar o impacto. Os membros da SNJ apontaram a demanda dos jovens enquanto diretriz que sempre baliza todas as políticas públicas, e como a escuta das diversas juventudes auxiliam a lapidar todas as ações, projetos e programas da Secretaria, porém em casos de divergência das intersecções dentro do próprio segmento de juventude, é feita a tentativa de alcançar um “meio-termo” para ambas as partes, mas não há a existência de um indicativo ou informativo que possa equilibrar as convergências, e nem fornecer indícios quantitativos sobre as consequências da escuta aos jovens.

O conselheiro da CEJUV trouxe como a participação dos jovens no conselho influenciou o próprio Plano estadual de juventude e como este plano, direciona as políticas públicas do estado, no entanto, a avaliação e monitoramento da efetividade

dessas políticas só será realizada em 2025, dessa forma não é possível medir a efetividade da participação juvenil no conselho e os reflexos das políticas propostas.

Já os conselheiros do CONJUVE, trouxeram como a escuta dos jovens por vezes resulta em conexões com demais ministérios, o Conselho não fica submisso a Secretaria Geral da Presidência, atendendo assim às especificidades com a qualificação solicitada e construindo maior capilaridade das demandas dos jovens, além disso suas reivindicações resultam não apenas em programas como em informativos que servem de base para o governo observar quais tópicos são mais urgentes, contudo não há uma forma de acompanhar quantitativamente quantas solicitações se tornam programas, qual tempo estimado para formulação e implementação, e quais são classificadas como perigosas, dependentes, dominantes ou definitivas, de acordo com os atributos de stakeholders.

Ao referenciar os possíveis impactos relatado, é trazido à luz o desenvolvimento endógeno, pois essa teoria (Lima et al., 2021), reconhece a contribuição que quem conhece o potencial de crescimento<sup>12</sup> por viver a realidade, ao juntar a oportunidades externas acaba por auxiliar no bem-estar social, e essa é uma comparação que pode ser realizada ao observar a adequação das políticas em razão da presença de representações juvenis.

### 4.3 Subjetivação política

Os entrevistados 1 e 2 ao serem perguntados acerca de suas vivências enquanto jovens demandantes, antes de se tornarem atuantes da SNJ compartilharam suas descobertas pessoais durante o processo de subjetivação política, como defende Castro (2008; 2009), processo construído através das vivências políticas e culturais individuais.

---

<sup>12</sup> Neste caso, o reconhecimento é em razão do seu próprio grupo identitário - a juventude - enxergar a si enquanto coletivo capacitado.

A entrevistada 1, apresenta uma criação religiosa, tendo sido sua primeira vivência coletiva o grupo de jovens da igreja. Em seguida, através do que Rancière (1995) conceitua como dissenso, a entrevistada rompeu com sua auto percepção unicamente enquanto fragmento grupo jovem religioso, tendo conhecido assim o segmento de gênero, e passando pela subjetivação enquanto agora também movimento social de mulheres. Além dos dois, apresentou participações ora partidárias ora não.

O entrevistado 2, apresentou sua construção de identidade política em primeiro momento, através do movimento estudantil (ME), em seguida - e por causa do primeiro - a juventude partidária, afirmou que o ME o permitiu vivenciar dissensos, sendo a sua maior “escola política da vida”, a construção da percepção de si enquanto *stakeholder* e agente ativo de reivindicação, que começou desde a requisição de bebedouros em uma universidade, que serve de exemplo de desenvolvimento endógeno também, até a participação em atos de cunho nacional.

Quanto ao entrevistado 4, este retrata seu dissenso por vivências artísticas, a qual permitiu-o conhecer o movimento hip hop, passando pela subjetivação política através dessa vivência cultural e identificando a si enquanto um jovem, dentre tantas outras características, periférico. Para além da experiência cultural, este apresenta também marcos no ME, sendo inclusive o primeiro presidente da União de Estudantes Secundaristas do Distrito Federal (UESDF).

Assim, quanto a subjetivação política, esta ruptura com os papéis sociais tradicionalmente impostos é imprescindível para a construção da identidade política, como afirma o filósofo Rancière (2014), vivenciar o dissenso resulta no enfrentamento da ordem social já estabelecida, que implica a redistribuição de quem tem espaço para pleitear e quem é invisibilizado. Nem todos jovens que vivenciam dissensos se tornam atores essencialmente políticos, mas todos entrevistados que agora ocupam espaços públicos - seja na implementação ou na representação - passaram pela subjetivação política, em diferentes contextos, desde religiosos e culturais até estudantis. Portanto,

o rompimento com as estruturas convencionais é relevante para a criação de stakeholders e também de gestores.

#### 4.4 Classificação e o viés governamental

A classificação dos *stakeholders* feita pelos gestores por meio da leitura da conjuntura é imprescindível para a adequação das políticas públicas, no entanto, como afirma Mitchell et al. (1997), a saliência dos *stakeholders* pode ser ou deixar de ser percebida por causa de equívocos do gestor. Ao unir a classificação às 4 abordagens (Abramo, 2014) pelas quais a juventude pode ser vista, propomos a reflexão de como esse fator pode influenciar a abertura dos jovens para com o governo, ao questionar aos membros da SNJ e do CONJUVE acerca do espaço que o tema de juventude tinha, perguntamos se o diálogo poderia ser identificado como consolidado independente da época, e se havia alguma vinculação ao período e conjuntura.

Segundo a entrevistada 1, apesar de existirem mecanismos pelos quais os jovens podem propor e avaliar políticas públicas, essa comunicação com o governo “não é dada”, ou seja, ainda não é consolidada. Ao relatar as prioridades de quando a SNJ foi assumida pela atual gestão, iniciada em 2023, a mesma participante do estudo, traz como a SNJ reflete as proeminências do governo, sendo assim, essa gestão fez da realização da 4º Conferência de Juventude a sua principal prioridade (saliência de stakeholder), porque estava há 8 anos sem realizar a conferência (que deveria ocorrer no máximo a cada 4 anos). Sendo assim, é possível inferir que, os gestores governamentais nos últimos 8 anos tiveram outras prioridades<sup>13</sup>. Além disso, mencionou também como a perspectiva pela qual a juventude é interpretada é de grande relevância, uma vez que antes das discussões do segmento, as únicas referências normativas sobre jovens e adolescentes era o Estatuto da Criança e Adolescente, o qual tratava eles como “delinquentes”, e as maiores preocupações estatais eram a prevenção às drogas e a gravidez na adolescência.

---

<sup>13</sup> Importante ressaltar o contexto mundial de pandemia pelo COVID-19, o qual dificilmente o viés governamental veria a juventude como stakeholder perigoso, dependente ou definitivo.

Pelo olhar do entrevistado 2, a abordagem pela qual a juventude é vista é essencial para balizar as políticas públicas. Durante a entrevista, o participante trouxe para a entrevista suas vivências no período do Governo Bolsonaro, pois o chefe do executivo via a universidade como espaço de risco social, e como eram as políticas públicas de juventude à época, enquanto um jovem universitário, e como foi - e está sendo - sua vivência durante o Governo Lula 3, pois o chefe vê a juventude enquanto investimento, indo totalmente ao encontro do que afirma Abramo (2014) ao designar as 4 diferentes abordagens. Além do apagão de dados que a juventude sofreu em 2019, ressoando a falta de compromisso governamental com o segmento, e como o viés governamental influencia diretamente não só as políticas como a forma que os próprios dados oficiais são resguardados.

Para o entrevistado 4, há uma retomada dos direitos sociais e dos espaços participativos no atual governo Lula 3, mas que há uma influência do contexto governamental no qual está inserido, uma vez que a participação foi limitada no período anterior. Inclusive o CONJUVE estava “parado”, como ele afirma. O entrevistado 5, também concorda que há influência por parte do governo - seja na expansão ou execução - da atuação do CONJUVE, trazendo também a visão sobre a mediação governamental para limitar ações que atrapalhem a democracia do conselho.

#### **4.5 Discussão dos resultados**

Ao realizar a presente investigação, foi possível observar a importância da participação dos *stakeholders* nos ciclos de políticas públicas - desde a criação até a avaliação -, ainda que a classificação deles nem sempre seja feita de forma correta pelo gestor (Mitchell et al., 1997).

Contudo, os stakeholders passivos - aqueles que são destinatários dos programas - não são os únicos atores que influenciam o processo, as figuras governamentais também são dotadas de atributos que indicam fortemente a direção pelas quais as políticas serão executadas, a contribuição não se resume aos espaços públicos mas como, através de sua legitimidade, perpetuam a definição do que é a juventude,

inclusive com pequenos atos e falas no cotidiano de seu mandato, e por essa razão as 4 abordagens da juventude (Abramo, 2014) se mantém atuais, o último governo (Governo Bolsonaro) é um exemplo de caracterizador da juventude, ao apresentar a interpretação mais “arcaica” da juventude, sendo esta tratada como um coletivo a se temer e reprimir, e não uma prioridade relevante dentro da agenda estatal.

É possível inferir também os progressos na juventude, superando alguns déficits apontados por Sposito e Carrano (2003), como a ausência de canais democráticos e a falta de pluralidade, especialmente para os jovens do campo. Esse avanço é evidenciado pelo relançamento do Plano de Juventude e Sucessão Agrária em 2024, demonstrando que a participação da juventude tem acontecido em diversas frentes.

Entretanto, essa evolução participativa ainda não resulta em indicadores métricos, impossibilitando dessa forma analisar de maneira técnica o nível de participação, e ainda, o nível de aprimoramento das políticas públicas, quando contam com jovens no seu período de elaboração. Por fim, de forma positiva, todos os entrevistados mencionaram o fomento da perspectiva juvenil nas decisões, corroborando com a conclusão de avanço, ainda que não possa ser mensurada quantitativamente.

Quanto à subjetivação política Rancière (1995), destaca que, esse processo é considerado indispensável, pois contribuiu para a construção da identidade política não apenas da juventude reivindicante, mas também possibilitou que jovens com experiências marcantes e rupturas no tecido social atuassem em outra perspectiva, tornando-se gestores na área e carregando habilidades adquiridas por meio dos movimentos sociais, facilitando a compreensão dos gestores sobre a dinâmica social desses segmentos.

Os diferentes perfis entrevistados mostram como a subjetivação política é importante para que a sociedade se mantenha democrática e participativa, como cada indivíduo deve romper com a estrutura implementada, tornando os *stakeholders* do

ciclo de políticas públicas agentes que contribuem para que o país se torne mais diverso e inclusivo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível que o Estado disponha de mecanismos para escutar a juventude, para que assim, este segmento tenha sua dignidade resguardada como defende a Carta Magna. Para além, faz-se necessário que a participação juvenil seja não apenas assegurada como fomentada e contabilizada, para que através dos dados que mensuram o impacto da participação social, seja comprovado de forma analítica a relevância que foi reconhecida socialmente através deste.

É evidenciado como a ausência de estabilidade estatal no diálogo para com a juventude possibilita prejuízos. Apesar de reconhecer as diferentes abordagens pelas quais a juventude pode ser observada, um único mandato de governo pode retroceder anos de trabalho e desestimular gerações, até pela delicadeza que a juventude tem por se tratar de um recorte geracional.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir tanto para a academia, quanto para a formulação de políticas públicas. Ao explorar o protagonismo juvenil como um fator estratégico na criação de políticas mais adequadas, o estudo buscou ampliar a compreensão teórica sobre a participação social e a subjetivação política dos jovens, oferecendo uma análise fundamentada em dados primários e secundários. Além disso, ao destacar as limitações institucionais e a fragmentação das políticas voltadas para a juventude, o trabalho fornece subsídios práticos para gestores públicos interessados em fortalecer os mecanismos de inclusão e participação juvenil, principalmente ao enfatizar a lacuna de monitoramento da presença dos jovens e sua efetividade.

Para a realização do estudo em questão, algumas limitações foram identificadas ao longo do processo tais quais: a escassez de estudos específicos sobre a juventude enquanto protagonista; o acesso limitado a dados mais recentes sobre os impactos da participação social nas políticas públicas de juventude; bem como a ausência de um

índicador específico sobre o jovem, enquanto agente tomador de decisão, sendo a maioria dos indicadores a perspectiva deles enquanto receptores e participantes passivos. A dependência de entrevistas com um número reduzido de representantes, também restringe a abrangência das conclusões, indicando a necessidade de futuras pesquisas que envolvam amostras mais amplas e representativas.

Por fim, sugere-se para trabalhos futuros, investigar a participação dos jovens em cada âmbito, federal, estadual e municipal para esmiuçar quais seriam os desafios de cada nível.

## REFERÊNCIAS

ABERS, R. N.; SILVA, M. K.; TATAGIBA, L.. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 105, p. 15–46, set. 2018.

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 05-06, p. 25-36, dez. 1997.

\_\_\_\_\_. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virginia de (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. 2. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ABRAMO, H. (org.). **Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2014.

ALBUQUERQUE, F. L. Desarrollo económico local y descentralización en América Latina. **Revista de La CEPAL**, (82), 157-171, 2004.

ALVES SILVA, T. A. As políticas públicas de juventude no Brasil pós golpe de 2016: o cenário de ataque aos direitos sociais. **Política & Trabalho: revista de ciências sociais**, [S. I.], v. 1, n. 54, p. 150–167, 2021.

ARRETCHE, M. (2016). Prefácio. In T. MENICUCCI, T. M. G.; GONTIJO, J. G. L. Gestão e Políticas Públicas: No Cenário Contemporâneo. **Cadernos de Saúde Pública** (pp. 11-13). Rio de Janeiro: Fiocruz.

BRASIL. Lei Federal nº 11.129. Dispõe sobre a criação da Secretaria Nacional de Juventude, 2005.

- \_\_\_\_\_. Guia Conselhos de Juventude. Brasília: Conselho Nacional de Juventude, 2010.
- \_\_\_\_\_. Lei Federal nº 12.852. Dispõe sobre o Estatuto da Juventude, 2013.
- \_\_\_\_\_. Decreto Presidencial nº 11.833. Dispões sobre o Conselho Nacional de Juventude, 2023.
- \_\_\_\_\_. **4ª Conferência Nacional de Juventude.** Portal Brasil Participativo, 2023. Disponível em: <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/assemblies/confjuv4/f/34/>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.
- CARRANO, P. C. R. **Angra de tantos reis: práticas educativas e jovens tra(n)çados na cidade**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, 1999.
- CARVALHO, O. F. D.. As políticas públicas como concretização dos direitos sociais. **Revista de Investigações Constitucionais**, v. 6, n. 3, p. 773–794, set. 2019.
- CASTRO, L. R. DE. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 253–268, jun. 2008.
- \_\_\_\_\_. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisas**, v.25, n.4, p.479-87, 2009.
- CASTRO, L. R. DE; ROCHA MATTOS, A. O que é que a política tem a ver com a transformação de si? : Considerações sobre a acção política a partir da juventude. **Análise Social**, [S. I.], v. 44, n. 193, p. 793–823, 2009.
- CHARLIE BROWN JR. Não é sério. Participação: Negra Li. Composição: Alexandre Magno Abrão, Thiago Castanho e Marcelo Vieira. Álbum: **Nadando com os Tubarões**. São Paulo: Virgin Records, 2000. 1 CD. Faixa 9.
- COHEN, E; FRANCO, R. **Gestão social: como obter eficiência e impacto nas políticas sociais**. Brasília: Enap. 2007.
- DALAND, R.T. Características do planejamento. In: HAMESON, S.H. (Org.). **Planejamento**. Rio de Janeiro: FGV, 1963. p. 27-34.

D'ASCENZI, L; LIMA, L. L. Pós-modernidade e gestão estratégica: implicações para as políticas públicas. **Revista NAU Social**, v. 7, n. 13, p. 131-143, out. 2016/ abr. 2017.

DICK, H. **O divino no jovem: elementos teológicos para a evangelização da cultura juvenil**. Porto Alegre. Instituto de Pastoral de Juventude; Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude, 2004.

DOCAMPO, M. G. (Ed.). **Perspectivas teóricas en desarrollo local**. La Coruna: Netbiblo, 2007.

FEITOZA, R. da S. Educação popular e emancipação humana: matrizes históricas e conceituais na busca pelo reino da liberdade. Trabalho apresentado na 28<sup>a</sup> reunião da ANPED, GT 6, Educação Popular, 2005.

FEITOSA, T. O. . Labirintos: A condição juvenil em Teresina. In: Encontro de Pesquisadores e Pesquisadores de Políticas de Juventude, 2014, Brasília. **Anais do Encontro de Pesquisadores e Pesquisadores de Políticas de Juventude**, 2014. p. 19-38.

FIGUEIREDO, M. do A. C. de. Dialogando com Freire e Boaventura Sobre emancipação humana, multiculturalismo e educação popular. **V Colóquio Internacional Paulo Freire**. Recife, 19 a 22 de setembro de 2005.

FREEMAN, R. E.; REED, D. L. Stockholders and stakeholders: a new perspective on corporate governance. **California Management Review**, v. 25, n. 3, p. 88-106, 1983.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38200>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

GROOPPO, L. A.; SILVA, R. M. D. da. Experiência e subjetivação política nas ocupações estudantis no Rio Grande do Sul. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 409-424, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/DzcS8n7ZMSZ9dZ8j47XhZLy/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos do CEDES**, v. 21, n. 20, p. 30-41, 2001.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KRAUSKOPF, D. La construcción de políticas de juventud en Centroamérica. In: LEÓN, O. (Ed.). Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales. Viña del Mar: Cidpa, 2003

LAVALLE, A. G.; VOIGT, J.; SERAFIM, L. O que fazem os conselhos e quando o fazem? Padrões decisórios e o debate dos efeitos das instituições participativas. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 59, n. 3, p. 609-650, 2016.

LAVALLE, A. G. et al. **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2018.

LIMA, L. L. et al. Políticas públicas e desenvolvimento: uma proposta de modelo de análise. Urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 13, p. e20210048, 2021.

LUÑO, A. E. P. **Derechos humanos, Estado de Derecho y Constitución**. 9. ed. Madrid: Tecnos, 2005.

LUZ, X. C. L. Vozes de rappers: experiências juvenis em Teresina. 2007. 261 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

PÊCHEUX, M. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. 3a ed. Campinas (SP): Pontes, 2002.

MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of who and what really counts. **The Academy of Management Review**, v. 22, n. 4, p. 853-886, 1997.

MORAIS, C. B. **Curso de Direito Constitucional: teoria da Constituição em tempo de crise do Estado Social**. Coimbra: Coimbra Editora, 2014.

NOVAIS, J. R. **Os princípios constitucionais estruturantes da república portuguesa**. Coimbra: Coimbra Editora, p. 30-46, 2004.

RANCIÈRE, J. Politics, Identification and Subjectivization. In : RAJCHMAN, J. (ed.). **The Identity in Question**. London : Routledge, 1995.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. 3. ed. rev. atua. Florianópolis: UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2014.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SEN, A.; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.

SEVERO, M. S. Estatuto da Juventude no Brasil: avanços e retrocessos (2004-2013). In: **Anais do Encontro de Pesquisadores e Pesquisadores de Políticas de Juventude**, p.193, 2014.

SPÓSITO, M. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. (Eds.). **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo, 2005.

SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R.. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 16–39, set. 2003.

**Data de submissão:** março de 2025

**Data de aceite:** maio de 2025